

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Orçamento – 22/11 – 14h30

ITEM 05 - PLN 30/2022, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 279.020.934,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O relator, dep. Luiz Carlos (PSDB/AP), apresentou seu [relatório](#) com voto pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas.

Resultado: A Comissão Mista de Orçamento aprovou crédito extra. O PLN 30/2002 segue para análise do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Plenário – 22 a 24/11

A Presidência convocou esforço concentrado do Senado Federal para realização de sabatina e apreciação de autoridades e outras matérias.

Resultado: O Plenário do Senado aprovou, nas sessões de terça (22) e quarta-feira (23), as indicações de 25 autoridades. O esforço concentrado foi convocado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. Foram aprovados 13 embaixadores, 7 diretores de agências reguladoras e 5 indicados para conselhos ou tribunais superiores. Antes de serem aprovados no Plenário, os indicados passaram por sabatina nas comissões.

Na terça-feira, os desembargadores Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues tiveram seus nomes aprovados no Plenário para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), substituindo Napoleão Maia e Nefi Cordeiro. Também na terça, o Plenário aprovou o nome da desembargadora Liana Chaib para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As reconduções de Engels Augusto Muniz para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também foram aprovadas.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 22/11 – 9h30 – Plenário 03

ITEM 1 - MSF 73/2022, que submete a indicação do nome do Senhor MESSOD AZULAY NETO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça

ITEM 2 - MSF 74/2022, que submete a indicação do nome do Senhor PAULO SÉRGIO DOMINGUES para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça

ITEM 3 - MSF 72/2022, que submete a indicação da Senhora LIANA CHAIB para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

ITEM 4 - OFS 13/2022, que submete o nome do Senhor ENGELS AUGUSTO MUNIZ, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

ITEM 5 - OFS 14/2022, que submete o nome do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Resultado: Todas as indicações foram aprovadas na comissão e no Plenário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 22 a 24/11

No Plenário da Câmara dos Deputados, poderão ser deliberados, entre outros:

- MP 1132/2022, que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento;
- MP 1133/2022, que dispõe sobre as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares;
- PLP 44/2022, que concede prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente;

- PL 1.202/2007, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;
- PL 7.223/2006, que dispõe sobre o Regime Penitenciário de Segurança Máxima; Relatoria do Dep. Subtenente Gonzaga (PSD-MG) - @Dep. Subtenente Gonzaga (PSD-MG);
- PL 3.968/1997, que isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos.

Também estão previstas a deliberação de requerimentos de urgências para outras proposições.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22) a Medida Provisória 1132/2022, que aumenta para 45% a margem do crédito consignado para servidores públicos federais. A MP foi aprovada com mudanças feitas pelo relator, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), e será enviada ao Senado.

Dos 45% de margem, 5% ficarão reservados exclusivamente para amortização de despesas ou saques de cartão de crédito e outros 5% para o cartão consignado.

Antes, o limite era de 35%, sendo 30% para empréstimos com desconto em folha e 5% para o cartão de crédito. O empréstimo consignado é descontado automaticamente em folha de pagamento.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) – 22/11 – 10h – Plenário 09

Comparecimento do ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, para prestar esclarecimentos acerca das suspeitas de ataques ao 7 de setembro e a escalada da violência política e as possíveis interferências, por parte da ABIN,

em investigação conduzida pela Polícia Federal envolvendo Jair Renan Bolsonaro, filho do Presidente da República

Resultado: não realizada.

Grupo do Trabalho sobre o Código de Mineração – 22/11 – 15h - Plenário 08

Audiência Pública sobre Decreto-Lei nº 227/67 - Código de Mineração. Foram convidados, entre outros:

- Lilia Mascarenhas, Secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Ricardo Eudes Ribeiro, Superintendente de Fiscalização;
- Moacyr Carvalho de Andrade Neto, Superintendente de Outorga de Títulos da Agência Nacional de Mineração - ANM;
- Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Icmbio.

Resultado: realizada.

Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 22/11 – 15h – Plenário 03

Audiência Pública sobre danos socioambientais do Projeto Matopiba. Foram convidados, entre outros:

- **Carlos Alberto Vilhena - Subprocurador-geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC);**
- Giuseppe Serra Seca Vieira - Diretor da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projeto de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- Representante da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa);
- Maurício Correia Silva - Representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR;

- Juarez Celestino de Souza - Defensor dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;
- Isaura Lima de Sousa - Defensora dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Resultado: realizada.

**Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 23/11 – 09h –
Plenário 02**

ITEM 06 - PL 10.874/2018, que proíbe a mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação.

O relator, Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: não deliberada.

**Comissão Especial sobre Combate ao Câncer no Brasil – 23/11 – 11h –
Plenário 11**

Audiência Pública sobre prazo entre a incorporação e a disponibilização de novos medicamentos. Foram convidados, entre outros:

- Maíra Botelho, Secretária de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde;
- Ediane de Assis Bastos, Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/MS);
- **Alexandre Schneider, Procurador da República, Coordenador do subgrupo de Oncologia da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;**
- **Ticiane Nogueira, Procuradora da República, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Saúde, da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;**
- Paulo Benevento, Diretor de Advocacy da União e Apoio no Combate ao Câncer de Mama (UNACCAM).

Resultado: Especialistas avaliaram nesta quarta-feira (23) que o Sistema Único de Saúde (SUS) precisará de reforço orçamentário em 2023 para atender à crescente demanda por tratamento de câncer. Eles foram ouvidos pela comissão especial da Câmara dos Deputados



que analisa o tema.

Das ações consideradas prioritárias pelos debatedores também fazem parte a melhoria da gestão de recursos por estados e municípios, o cumprimento do prazo de entrada do medicamento no SUS e o diagnóstico precoce da doença.